

Ilmo. Sr. Malê Frazão, Procurador da República em Sinop-MT

Prezado Procurador,

Cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, venho aproveitar a oportunidade para citar graves problemas que o povo Apiaka e outras etnias indígenas estão enfrentando no rio Teles Pires.

Nos últimos sete anos, temos enfrentado uma grande batalha em relação a grandes empreendimentos promovidos pelo governo e por empresas, próximos de nossas áreas no rio Teles Pires, que vêm trazendo grandes impactos ambientais e sociais dentro das comunidades indígenas.

Um dos problemas mais graves que a minha comunidade indígena Apiaká no baixo rio Teles Pires está enfrentando é a construção de usinas hidrelétricas que, entre outros impactos, vêm destruindo Sete Quedas e outros lugares sagrados para nós Apiaka, Kaiabi e Munduruku. Considerada uma das cachoeiras mais lindas do nosso país, Sete Quedas foi destruída para dar lugar a uma hidrelétrica que nem gera energia para nós, deixando uma grande cicatriz tanto ambiental como social, dentro das comunidades e sem trazer nenhum benefício.

Com a construção da hidrelétrica São Manoel, que iniciou em 2014, os problemas aumentaram cada vez mais, devido o empreendimento estar no limite da Terra Indígena. Estes empreendimentos nascem com uma série de irregularidades, como o estudo de impacto ambiental incompleto, e de não levar em consideração a necessidade de consulta livre, previa e informada, como está escrito na Declaração da ONU sobre os Direitos Indígenas. Estes empreendimentos vêm com um plano de mitigação totalmente alheio aos costumes tradicionais e muito insuficiente para suprir os efeitos que um empreendimento como esse traz para as comunidades indígenas, o que acaba contribuindo para um impacto social e ambiental muito grande dentro das aldeias. Não estão levando em consideração os pedidos das comunidades para melhoria destes programas. O empreendedor só está preocupado em dar gasolina e barco, o que só serve para atender seu próprio interesse, e que não beneficia as comunidades indígenas.

A São Manoel Energia trouxe alguns programas, dentro do componente indígena do PBA, no qual existem muitas falhas e dúvidas. Eu gostaria de frisar nossas dúvidas sobre dois programas: um sobre "Etnoarqueologia" e outro denominado "Compensação pela Perda de Locais Sagrados". O programa de Etnoarqueologia nem foi autorizado pelo IPHAN, um dois motivos para não ser emitida a LO para São Manoel, porque tem que ser feito um estudo de arqueologia no local de abrangência do empreendimento para identificar os sítios arqueológicos que serão inundados (ou destruídos de outra forma) pelo empreendimento. Nos indígenas devemos acompanhar todo este trabalho junto com os arqueólogos.

Já o programa de Compensação pela Perda de Locais Sagrados tem que levar em consideração as manifestações feitas pelos pajés sobre os impactos do empreendimento. Deveria ter sido realizado um estudo dentro dos locais de abrangência do empreendimento, junto com os pajés, para identificação dos locais sagrados que serão afetados pela usina de São Manoel e seu reservatório, o que não aconteceu até hoje.

É preciso considerar todos estes impactos e ainda os outros riscos que este empreendimento está trazendo cada vez mais para nosso modo de vida, inclusive com a dificuldade do nosso tráfego fluvial, devido o rio estar muito seco por conta dos reservatórios dos empreendimentos, e a diminuição dos peixes cada dia mais que é nossa fonte de alimento. Os peixes estão diminuindo pois o rio está muito seco, os peixes ficam sem alimento e morrem além dos que morrem na usina pois sempre tem registro de peixe morto pelas comunidades. Até mesmo os botos e tartarugas estão morrendo com o rio seco aquecer a água cada vez mais. Para piorar a situação, sabemos que está sendo enchido o reservatório da barragem de Colider, com autorização da SEMA-MT, aparentemente sem coordenação com o IBAMA, e já secando o rio Teles Pires. Imagine os impactos de dois empreendimentos secando o rio Teles Pires na mesma hora!

Tudo isso deixa nos muito preocupado com as futuras gerações e também a poluição dos rios onde utilizamos a água todos os dias para beber. Os empreendimentos estão enchendo os reservatórios, deixando a vegetação toda submersa, tirando o oxigênio da água e produzindo gás metano, com a água ficando inutilizável.

Senhor Procurador, ficamos sabendo que ontem, a Presidência do IBAMA concedeu a Licença de Operação para a usina de São Manoel. Considerando as varias falhas que ainda têm que ser vistas e resolvidas antes de ser concedida a licença, e que até o momento, a empresa não tem nenhuma estratégia para mitigar todos estes impactos, é evidente que essa decisão do IBAMA foi equivocada. Sendo assim, solicitamos providências urgentes do MPF, no sentido de pedir na justiça a suspensão da LO de São Manoel, devido a sua ilegalidade e os riscos que estamos correndo com essa usina e outras barragens no rio Teles Pires.

Alta Floresta 06 de setembro de 20 17

Atenciosamente,

Darlisson Apiaka

Liderança Apiaka da Aldeia Mayrowi, Rio Teles Pires